



PROJETO DE LEI Nº ____/2025, DE 24 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXAS DE ALVARÁ PARA ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA NO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES/PI, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E A RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES/PI, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes/PI aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxas de licença e funcionamento (alvarás) os escritórios de advocacia estabelecidos no município de Dom Expedito Lopes/PI, nos termos da Lei Federal nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica) e da Recomendação do Ministério da Economia sobre a desburocratização para atividades de baixo risco.

Art. 2º A isenção prevista no artigo 1º aplica-se a:

I – Escritórios de advocacia individuais ou societários que exerçam exclusivamente atividades jurídicas;

II – Estabelecimentos que não envolvam risco ambiental, sanitário ou de segurança que justifique a exigência de alvará, conforme classificação de atividades de baixo risco estabelecida pela legislação federal e municipal.

Art. 3º Para obtenção da isenção, os escritórios de advocacia deverão apresentar requerimento junto ao órgão competente do município, acompanhado de documentos que comprovem sua regularidade jurídica e tributária.

Parágrafo Único. A isenção não exime os escritórios de advocacia do cumprimento das normas urbanísticas e de segurança vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dom Expedito Lopes/PI, em 24 de abril de 2025.

ABIMAEL JOSÉ DO NASCIMENTO LIMA
Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes/PI



JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores, me faço aqui das razões expostas pela Exma. Sra. Presidente da OAB Subseção de Picos em ofício encaminhado à Procuradoria Geral do Município, qual seja:

Considerando a vigência da Lei Federal nº 13.874/2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, e a Resolução nº 51/2019 do Ministério da Economia, que estabelecem diretrizes para a dispensa de atos públicos de liberação para atividades classificadas como de baixo risco, encaminhamos este parecer para subsidiar a análise e implementação da isenção do Alvará de Funcionamento para advogados atuantes como profissionais autônomos.

A legislação supracitada determina que atividades econômicas exercidas por pessoa física, cuja natureza seja considerada de baixo risco, não estão sujeitas a exigências de alvarás e outras autorizações prévias para funcionamento. Nesse sentido, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 6911-7/01 – Advocacia é enquadrada como atividade de baixo risco, conforme definido na Resolução nº 51/2019.

Diante disso, recomenda-se que os municípios avaliem a adequação de suas legislações locais e adotem as providências necessárias para garantir a conformidade com a norma federal, evitando, assim, possíveis questionamentos jurídicos e promovendo a desburocratização do ambiente de negócios. (YANA DE MOURA GONÇALVES, Presidente da OAB Subseção de Picos)

Dessa forma, diante de tais razões, encaminho o presente projeto de lei.

Dom Expedito Lopes/PI, em 24 de abril de 2025.

ABIMAEL JOSÉ DO NASCIMENTO LIMA

Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes/PI